



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**A não adesão da República Dominicana ao novo Pacto Mundial para a
Migração - uma estratégia anti-haitiana e racista**

DJENIKA SENATUS

Foz do Iguaçu

2023

**A não adesão da República Dominicana ao novo Pacto Mundial para a
Migração - uma estratégia anti-haitiana e racista**

DJENIKA SENATUS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais e Integração

Orientadora: Prof^a. Dra. Karen dos Santos
Honório

Foz do Iguaçu

2023

DJENIKA SENATUS

**A não adesão da República Dominicana ao novo Pacto Mundial para a
Migração - uma estratégia anti-haitiana e racista**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais e Integração

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof^a. Dra. Karen dos Santos Honorio
UNILA

Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida
UNILA

Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho ao meu tio, Luckner Senatus e meu paizinho desde o céu, Apoleon Senatus .

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, desejo expressar minha profunda gratidão a Deus pela dádiva da vida e pelo conhecimento que me foi concedido. Agradeço-lhe por sua inabalável força, que me sustentou nos momentos de desânimo, quando cogitei desistir. Sua constante presença ao meu lado fortaleceu minha resolução e, por Sua graça, alcancei o término deste desafio acadêmico. Não atribuo este feito à sorte, mas sim à graça de Deus Todo-Poderoso.

Gostaria de estender meus agradecimentos à minha orientadora, a Dra. Karen Honório, que tornou realidade o sonho que eu tinha de elaborar este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Agradeço sinceramente pela abordagem gentil, sua leveza e pelo encorajamento contínuo. Sua crença em minha capacidade, mesmo antes de eu acreditar em mim mesmo, foi fundamental para que eu vislumbrasse a possibilidade de concluir este TCC. Muito Obrigada, Dra. Karen.

Um agradecimento muito especial é dedicado à minha família, especialmente com muito amor ao meu tio, Luckner Senatus, por sua infinita paciência, amor e confiança em minha capacidade. Mesmo quando duvidei de minha capacidade de concluir o curso, ele nunca vacilou em seu apoio e incentivo, repetindo incansavelmente que eu era capaz. Sua confiança em mim é inestimável. Também agradeço ao meu irmão, Jeff Adolph Senatus, e às minhas tias, Marie Germaine Piquion e Edma Senatus, pelo apoio constante.

Sou profundamente grata ao meu amor, Jerry D'Meza, por estar sempre ao meu lado e apoiar-me incondicionalmente. Sua parceria foi um pilar fundamental em minha jornada acadêmica, tornando-a mais suportável. Quero um dia retribuir todo o apoio e paciência que você demonstrou durante essa intensa jornada na universidade. Obrigada, meu amor por tudo, e também por acreditar em mim sempre.

Meus agradecimentos se estendem a todos os meus colegas de curso em Relações Internacionais (RII) e aos amigos que estiveram ao meu lado nos momentos mais desafiadores, nas lutas diárias e nos momentos felizes. Agradeço a Loudmia Amicia Pierre-Louis, Ever Ruben Canales Castro, Aod Laguerre, e a todos os outros amigos que me ofereceram apoio incondicional. Além disso, gostaria de expressar minha gratidão pelo apoio emocional que recebi durante a elaboração deste trabalho, em especial a Alondra Sanet Hidalgo, Yohana Boytovich, Maryam Emilce, Keylor Aguilar, Hakland Vanessa Hasbourn, Stephat Pierre e Enrique Espinoza.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores que compuseram a banca avaliadora deste trabalho, o Professor Lucas Mesquita e o Professor Felipe Cordeiro, por dedicarem seu tempo e conhecimento para avaliar este estudo. Seus entendimentos e orientações foram inestimáveis para o aprimoramento desta pesquisa.

Meus agradecimentos se estendem a todos os meus professores do curso de Relações Internacionais (RII) por suas valiosas contribuições, que me permitiram chegar até este ponto. Obrigada à Universidade Federal Integração Latino-Americana (Unila) por essa oportunidade de poder realizar esse sonho de ter uma carreira universitária como uma mulher migrante no Brasil .

Expresso, assim, minha profunda gratidão a todos os mencionados, pois sem o apoio, orientação e amizade de vocês, este feito acadêmico não teria sido possível.

Obrigagracias!!!

*Os nossos pais amam-nos porque somos
seus filhos, é um fato inalterável. Nos momentos
de sucesso, isso pode parecer irrelevante,
mas nas ocasiões de fracasso,
oferecem um consolo e uma segurança
que não se encontram em qualquer outro lugar.*

Bertrand Russell

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar a política externa da República Dominicana no contexto da migração haitiana, com foco nos governos de Danilo Medina (2012-2020) e Luis Abinader (2020 até o presente). Nesta pesquisa adotamos uma abordagem interdisciplinar, integrando migração, direitos humanos e política externa, com o objetivo de avaliar os efeitos da decisão dominicana de não aderir ao Pacto Mundial para a Migração, que pode ser interpretada como uma estratégia potencialmente discriminatória, anti-haitiana e racista com implicações sobre os direitos dos migrantes haitianos. Utilizamos métodos qualitativos, incluindo revisão de literatura e análise de documentos governamentais, o estudo explora a construção da narrativa "haitiano-fobia" como uma ideologia nacional, contextualizada pelas relações históricas entre a República Dominicana e o Haiti. Além disso, examinamos a diáspora haitiana na República Dominicana de 2010 a 2023 para contribuir para uma compreensão mais profunda das implicações da não adesão ao Pacto Mundial para a Migração e promovemos um debate informado sobre a migração haitiana, destacando as dimensões das relações internacionais e dos direitos humanos no contexto caribenho.

Palavras-chave: Migração, Haiti, República Dominicana, Direitos Humanos, Pacto Mundial para Migração.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la política exterior de la República Dominicana en el contexto de la migración haitiana, centrándose en los gobiernos de Danilo Medina (2012-2020) y Luis Abinader (2020 hasta la fecha actual). En esta investigación adoptamos un enfoque interdisciplinario, integrando migración, derechos humanos y política exterior, con el propósito de evaluar los efectos de la decisión dominicana de no adherirse al Pacto Mundial para la Migración, la cual puede ser interpretada como una estrategia potencialmente discriminatoria, anti-haitiana y racista, con implicaciones sobre los derechos de los migrantes haitianos. Utilizamos un métodos cualitativos, incluyendo revisión de literatura y análisis de documentos gubernamentales, el estudio explora la construcción de la narrativa "haitiano-fobia" como una ideología nacional, contextualizada por las relaciones históricas entre la República Dominicana y Haití. Además, examinamos la diáspora haitiana en la República Dominicana de 2010 a 2023 para contribuir a una comprensión más profunda de las implicaciones de la no adhesión al Pacto Mundial para la Migración y promovemos un debate informado sobre la migración haitiana, destacando las dimensiones de las relaciones internacionales y los derechos humanos en el contexto caribeño.

Palabras clave: Migración, Haití, República Dominicana, Derechos Humanos, Pacto Mundial para la Migración.

ABSTRACT

This study aims to analyze the foreign policy of the Dominican Republic in the context of Haitian migration, with a focus on the governments of Danilo Medina (2012-2020) and Luis Abinader (2020 to the present). In this research, we adopt an interdisciplinary approach integrating migration, human rights, and foreign policy, with the objective of evaluating the effects of the Dominican decision not to adhere to the Global Compact for Migration. This decision can be interpreted as a potentially discriminatory, anti-Haitian, and racist strategy with implications for the rights of Haitian migrants. We employ qualitative methods, including literature review and analysis of government documents. The study explores the construction of the "Haitian-phobia" narrative as a national ideology, contextualized by the historical relations between the Dominican Republic and Haiti. Furthermore, we examine the Haitian diaspora in the Dominican Republic from 2010 to 2023 to contribute to a deeper understanding of the implications of non-adherence to the Global Compact for Migration and promote an informed debate on Haitian migration, highlighting the dimensions of international relations and human rights in the Caribbean context.

Keywords: Migration, Haiti, Dominican Republic, Human Rights, Global Compact for Migration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE	14
1. MIGRAÇÕES, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS	14
1.1 MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: O PACTO MUNDIAL PARA A MIGRAÇÃO E A REPÚBLICA DOMINICANA.....	22
CAPÍTULO II - A HAITIANO-FOBIA COMO IDEOLOGIA NACIONAL.....	29
2. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES HAITI - REPÚBLICA DOMINICANA	29
2.1 A CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA ANTI-HAITIANA E A HAITIANO-FOBIA COMO INIMIGO NA POLÍTICA EXTERNA DOMINICANA.....	31
2.2 RELAÇÕES BILATERAIS HAITI- REPÚBLICA DOMINICANA NA QUESTÃO MIGRATÓRIA.....	36
CAPÍTULO III : A DIÁSPORA HAITIANA PARA A REPÚBLICA DOMINICANA (2010-2023) 39	
3.1 DIAGNÓSTICO E CONDIÇÕES DO FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO NA REPÚBLICA DOMINICANA	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERENCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como a política externa anti-migratória da República Dominicana impacta a migração haitiana para o país. O interesse pela temática surgiu durante meus estudos nas Relações Internacionais que me levou a ter interesse nesse tema de migração haitiana na República Dominicana, inclusive já fui imigrante neste país. Agora no Brasil, esse tema me toca pessoalmente, porém, a relação com o assunto é tanto acadêmica quanto afetiva, na busca da produção de um saber empírico sobre a migração haitiana. Além disso, por ser um tema pouco pesquisado, no campo das relações internacionais e das migrações internacionais como um subtema, existe uma grande ausência de análises dos fluxos migratórios intra-caribenhos e a relação da falta de aplicação das normas internacionais no tema migratório.

Para essa questão da migração internacional e mesmo com muito movimento migratório no mundo, ainda observou-se uma ausência na efetivação dos direitos humanos e outros elementos que são básicos na vida dos migrantes, no qual a maioria são desprovidas da cidadania na participação política no país destino. Portanto, a contribuição desse trabalho no campo das Relações Internacionais é crucial para estudar mais sobre essa ausência de normas receptivas migratórias no sistema internacional e tentar apontar algumas soluções para este problema a partir do contexto caribenho.

Este trabalho está organizado em três capítulos, no primeiro capítulo falaremos das Migrações Internacionais na América Latina e no Caribe. Neste mesmo capítulo, abordaremos a relação entre migrações internacionais, relações internacionais e direitos humanos, traçando um panorama da migração na América Latina e no Caribe e destacando o papel do Pacto Mundial para a Migração na região.

No segundo capítulo analisaremos a haitiano-fobia como ideologia nacional. Onde será concentrada na análise do histórico das relações entre Haiti e República Dominicana, examinando a construção da ideologia anti-haitiana e da haitiano-fobia como elementos na política externa dominicana. Também exploraremos as relações bilaterais entre esses dois países, com foco na questão migratória.

Por último o terceiro capítulo finalizaremos com a diáspora haitiana para a República Dominicana (2010-2023). Este capítulo oferece um diagnóstico das condições do fluxo migratório haitiano na República Dominicana no período de 2010 a

2023, analisando os desafios enfrentados pelos migrantes haitianos e as implicações das políticas anti-migratórias dominicanas em suas vidas. Através desta estrutura, apresentaremos uma análise abrangente e crítica do tema, contribuindo para uma compreensão mais profunda da não adesão da República Dominicana ao Pacto Mundial para a Migração e sua relação com a migração haitiana. Além disso, forneceremos elementos que possam ajudar a abordar os desafios enfrentados pelos migrantes haitianos na República Dominicana e, em última instância, promover uma discussão mais informada e consciente sobre a questão migratória no contexto caribenho.

Por fim, a escolha deste tema de pesquisa tem uma conexão pessoal significativa para mim, mas também abrange um interesse acadêmico profundo, uma vez que eu mesmo fui uma migrante haitiana na República Dominicana. Minha experiência como migrante me proporcionou uma compreensão em primeira mão das complexidades e desafios que os migrantes enfrentam, incluindo questões relacionadas à documentação, integração social e econômica, bem como o tratamento por parte das autoridades e da sociedade de acolhimento. Essa conexão pessoal também me despertou para as questões de justiça e direitos humanos, já que muitos migrantes, como eu, frequentemente se encontram em situações precárias e enfrentam discriminação sistemática. Minha pesquisa visa não apenas aprofundar meu conhecimento sobre essa problemática, mas também contribuir de alguma forma para destacar a importância dos direitos humanos e da justiça em questões migratórias. Além disso, minha origem e vivência como migrante haitiana me proporcionam uma perspectiva única e uma empatia profunda em relação aos migrantes, impulsionando meu desejo de fazer uma contribuição significativa para a compreensão e resolução das questões relacionadas à migração haitiana na República Dominicana.

CAPÍTULO I – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

1. Migrações, Relações Internacionais e Direitos Humanos

A migração internacional é definida como um movimento no qual as pessoas se deslocam de um país que não seja o seu de residência habitual através de uma fronteira internacional. Essa migração pode ser por diversos fins, por exemplo: questões familiares, visitas turísticas, tratamentos de saúde ou peregrinações religiosas etc. (OIM, 2019, p.124). É importante destacar que as normas implementadas nos diferentes países receptores para ajudar e controlar os migrantes, muitas vezes, são responsáveis diretas pelo aumento ou não do fluxo e a ordem das migrações internacionais (Weiner, 2006, p. 33-36).

Assim, no contexto da globalização, a migração tem dimensões econômicas, políticas e sociológicas cujos impactos são fundamentais para pensar as Relações Internacionais. Segundo Bodvarsson e Van Der Berg, (2009, p.34), as perspectivas teóricas das migrações internacionais estudam os fatores econômicos - que são mais desenvolvidos nas teorias neoclássicas microeconômicas e macroeconômicas - os determinantes sociais, as questões sociológicas e a qualidade de vida dos migrantes (Massey et al., 2006 p. 1). No entanto, segundo Leonir Mario Chiarello (2012, p. 33), no debate acerca da soberania dos Estados nacionais no atual contexto globalizado, existe um desafio enorme, pois há uma falta de correlação entre as relações internacionais e migrações, ou seja, a questão migratória é pouco tratada como consequência das problemáticas internacionais dentro das Relações internacionais.

Portanto, para uma maior correlação entre as relações internacionais e as migrações é preciso entender como o paradigma estatal e nacional define as teorias sobre as relações internacionais e migrações, e como as adequadas ferramentas para evitar o conflito permanente entre os Estados e os indivíduos são estudadas. As migrações internacionais na globalização precisam tanto de políticas públicas locais e regionais como supranacionais. Nesse mesmo enfoque, Christopher Mitchell (1989, p. 682-683) argumenta que:

A migração pode influenciar e também ser utilizada pelos Estados para obter certos objetivos da sua própria política interna ou externa.

Isso mostra como, no contexto internacional atual, as migrações e as relações internacionais se mesclam e interagem mutuamente. Dependendo da perspectiva de onde os atores políticos e sociais, incluindo os pesquisadores, interpretam essa interação, poderão propor uma interação de conflito ou de cooperação entre ambas (Mitchell, 1989, p. 682-683).

Nas últimas décadas o fluxo migratório internacional no mundo todo tem aumentado consideravelmente e segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2010, p.3), esse fluxo migratório pode atingir até os anos de 2050 mais de 405 milhões de pessoas, vindo, principalmente, dos países do Sul Global, destacando-se nessa lista os países mais empobrecidos. Nesse sentido observamos que a América Latina e o Caribe têm sido o epicentro de diversos e complexos cenários migratórios, e é possível a partir disso analisar importantes mudanças nas sociedades relacionadas à expulsão e à recepção de migrantes. Dentre estes processos, os que mais se destacam na América Latina e o Caribe são: migração irregular, o retorno, refúgio, deslocamento forçado (ambiental / climático) (Martinez, 2021, p. 17). No entanto, a conjuntura atual demanda novos olhares como afirma Jorge Martinez (2021):

El momento presente muestra que en el proceso de la migración internacional están confluyendo viejos y nuevos desafíos, en cuyo examen encontramos lecciones del pasado que han sido aprobadas por la historia, con nuevas expresiones cuyo abordaje es incipiente. Es ocasión para examinar dichas lecciones e identificar nuevos y prioritarios desafíos, repensar asuntos y reconocer las urgencias. Hay también otros varios temas de más largo plazo que exigen miradas de futuro. Es lo que hemos denominado la necesidad de sistematizar novedades, emergencias y continuidades. Se trata de repensar agendas, de plantearse evaluaciones de los avances formales, de buscar nuevos enfoques apropiados a la cambiante realidad que se observa, de conocer las mejores prácticas y de enfrentar las peores en el campo migratorio (MARTINEZ, 2021. p.17)

De acordo com os diferentes tipos de migração citados anteriormente podemos destacar em primeiro lugar a migração regular. Segundo a OIM (2019) a migração regular é definida como o movimento de pessoas que cumprem as leis e as normas migratórias de um determinado país na entrada, saída ou retorno. A esses migrantes, portanto, o governo providencia diversos mecanismos de proteção, bem-estar, dignidade humana, o respeito dos seus direitos. Eles são geralmente classificados como migrantes em situação regular ou estrangeiros com status legal.

Mas, não necessariamente quem entra no território de forma regular, permanece regular, já que os Estados definem diversas regras a serem cumpridas, como por exemplo, prazos de estadia máximos.

Em segundo lugar destaca-se, a migração irregular que é utilizada para referir-se a um movimento de pessoas que descumprem as leis e normas ou os acordos internacionais de ingressar, transitar ou de sair de um país. Na maioria das vezes essas pessoas são chamadas de estrangeiros ilegais ou indocumentados, pois, por ingressar ilegalmente em um determinado território, não possuem os documentos necessários para demonstrar sua identidade conforme as normas ou as leis do país em questão onde estão residindo. Porém, esses migrantes devem ter os seus direitos à proteção internacional respeitados conforme dita a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, aprovada em 1951 e em vigor desde 1954 (OIM, 2019). O Pacto Mundial para a Migração aprovado recentemente também é importante nesse sentido, pois visa uma migração Segura, Ordenada e Regular que se alinhe ao desenvolvimento sustentável de acordo com a Agenda 2030 das Nações Unidas (OIM, 2019, p. 131). A assinatura (ou não) do Pacto Mundial para a Migração será o objeto de estudo deste trabalho, mais para frente retomaremos esta questão.

Fazendo referência ao Glossário da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019, p. 57), os Direitos Humanos são ato jurídico universal que protege os indivíduos e as facções contra qualquer emissor que afronta a liberdade, os direitos básicos, o bem-estar e a dignidade humana de outro indivíduo independentemente de seu sexo, raça, cor, língua, religião, convicção, opinião política, etnia, idade, classe social, nacionalidade, estado civil, gênero, etc. Todos devem ter seus direitos respeitados conforme foi garantido nas convenções do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH):

Los derechos humanos son aplicables tanto en tiempos de paz como de conflicto armado y entrañan la obligación de los Estados de respetar, proteger y hacer efectivos los derechos de las personas. A escala universal, estos derechos se enuncian en la Carta Internacional de Derechos Humanos, que comprende la Declaración Universal de Derechos Humanos (aprobada el 10 de diciembre de 1948), el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (aprobado el 16 de diciembre de 1966 y en vigor desde el 3 de enero de 1976) y el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (aprobado el 16 de diciembre de 1966 y en vigor desde el 23 de marzo de 1976), y que han sido desarrollados por otros instrumentos a partir de este núcleo (OIM. 2019, p. 57).

Assim, para proteger os Direitos Humanos nas fronteiras internacionais existem vários princípios que devem ser respeitados pelos Estados, como as obrigações jurídicas que protegem os migrantes nas fronteiras. Além disso, os Estados também devem ter um enfoque específico nas políticas de migração nas fronteiras internacionais para promover os direitos dos migrantes.

Quando falamos dos direitos dos migrantes internacionais é imprescindível apontarmos a Organização das Nações Unidas (ONU), visto seu desempenho na questão. A ONU foi criada no Pós-Segunda Guerra Mundial no ano de 1945, num contexto em que as nações europeias, sobretudo, estavam enfrentando sérios desafios como muitas mortes e pessoas sem domicílios forçadamente deslocadas. Muitos tiveram que buscar refúgio em outros países da região e em outras partes do mundo. Visto essa realidade, a ONU criou a sua primeira grande agência para cuidar dos direitos dos migrantes em dezembro de 1950, nos referimos ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que ajudou mais de um milhão de pessoas a estabelecer-se em outros países. Um ano depois, na Convenção de 1951, ao ACNUR foi incumbida a missão de tratar a situação dos refugiados não só da Europa afetados diretamente pela guerra, mas também dos refugiados provenientes de outras regiões do mundo.

Nesse mesmo ano a ONU criou o Comitê Intergovernamental Provisional para os Movimentos de Migrantes na Europa (PICMME). Esta outra grande agência da ONU foi criada com o objetivo de responder às crises e às diversas necessidades específicas dos migrantes e teve um papel importante auxiliando no deslocamento de mais de 11 milhões de refugiados na Europa (OIM. 2019). Com o passar do tempo o PICMME mudou algumas vezes de nome e sua missão ficou cada vez mais ampla. Em 1952, por exemplo, foi modificado para Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME); em 1980 ficou como Comitê Intergovernamental para as Migrações (CIM); e em 1989 se transformou na Organização Internacional para as Migrações (OIM) como a conhecemos hoje em dia. Na ONU existem também outras instâncias que são fundamentais para pensar a migração em âmbito internacional como por exemplo: a Oficina de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCAH); a Oficina de Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Atualmente, a ACNUR tem 70 anos de atuação e trabalha em 135 países incluindo países da América Latina e Caribe com a missão de proteger os direitos e o bem-estar dos refugiados, garantindo que todos possam ter o direito de migrar ou de encontrar asilo e refúgio seguro em outros países, atuando em parceria com as comunidades locais. A OIM tem alguns papéis similares à ACNUR, porém, trabalha em situações de emergências, para facilitar o desenvolvimento de resiliência dos migrantes e dos refugiados, sobretudo, dos mais vulneráveis. Por meio de políticas práticas, a OIM também promove a capacidade dos governos com o fim de assegurar todos os tipos de mobilidade e pensar em seus impactos. Estas duas agências anteriormente citadas atuam nos fluxos migratórios, principalmente nas políticas migratórias na América Latina e Caribe, segundo o site oficial da ONU e ACNUR.

Na América Latina e Caribe, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) também tem trabalhado em prol dos direitos dos migrantes. A CEPAL faz parte das cinco comissões regionais da ONU e sua sede está localizada em Santiago do Chile. Dentro de suas atribuições, participa do desenvolvimento econômico da região, organiza as ações encaminhadas à sua promoção e reforça as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Anos depois da sua criação em 1948, o trabalho do CEPAL atingiu os países do Caribe buscando promover o desenvolvimento social. A Organização dos Estados Americanos (OEA) criado 1959 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em 1979 representam instituições do Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos (SIDH), sendo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), é o órgão principal e autônomo responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano, que faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) de acordo com os sites oficiais do Cepal e da OEA..

De acordo com os dados fornecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2021), essa tabela apresenta os Tratados e Convenções Internacionais mais relevantes no contexto do regime migratório, organizando-os cronologicamente com base em suas datas de adoção ou entrada em vigor. É importante observar que algumas datas mencionadas podem corresponder à data de assinatura.

Tabela 1) Lista cronológica de Tratados e Convenções sobre Migrações e Refúgio.

Data	Tratado ou Convenção
28 de julho de 1951	Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (CSR)
28 de setembro de 1954	Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (CSP)
3 de dezembro de 1965	Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD)
16 de dezembro de 1966	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)
20 de novembro de 1989	Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC)
18 de dezembro de 1979	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)
18 de dezembro de 2006	Convenção Internacional sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (CPED)
13 de dezembro de 2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD)
18 de dezembro de 2006	Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias (ICMW)
15 de novembro de 2000	Protocolo Contra o Tráfico de Migrantes por Terra, Mar e Ar
19 de dezembro de 2018	Pacto Global sobre Refugiados
19 de dezembro de 2018	Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular

Fonte: Elaboração da autora com dados da OIM e da ONU (2023).

Na região latino-americana e caribenha, os Estados têm assinados diferentes acordos e tratados para proteger os direitos dos migrantes e refugiados. Destacam-se outras conferências regionais como a Conferência Sulamericana de Migrações ou o Processo de Quito, porém nenhuma das duas gerou documentos vinculantes para os Estados.

Na cidade de San José, assinou-se no dia 22 de novembro de 1969 a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) que é o instrumento mais importante sobre os direitos humanos no continente americano. Este pacto também estabelece um catálogo de direitos civis, políticos e órgãos competentes para zelar por seus complementos à Comissão e à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Quinze anos depois, os governos da América Latina assinaram a Declaração de Cartagena sobre Refugiados no dia 22 de novembro de 1984.

Essa Declaração abordou a situação dos cidadãos da América Central que fugiam dos seus países, já que a situação deles não correspondia com as definições de refugiados determinadas na Convenção de Geneva de 1951. A Declaração amplifica a definição de refugiado para incluir as pessoas que fogem devido à violência generalizada, à agressão contra os estrangeiros, conflitos internos, à violação massiva dos direitos humanos e outras situações que tenham perturbado gravemente a ordem pública. Países como Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Paraguai, Peru e Uruguai incorporaram parcialmente ou completamente as novas definições da Declaração de Cartagena sobre Refugiados nas suas legislações internas (BID, 2021, p.14-20).

Outro marco jurídico internacional da proteção dos direitos dos migrantes é o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos na área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que é conhecido também como Protocolo de São Salvador de 17 de novembro de 1988. Este instrumento estabelece um conjunto de direitos fundamentais no âmbito socioeconômico, da educação, da seguridade social, da saúde e do trabalho. Atualmente o protocolo foi ratificado por 17 Estados-membros, principalmente na América Central e do Sul. O Chile é uma exceção visto que ainda não o ratificou, no entanto, prevê-se a mudança dessa realidade, pois, já foi aprovado na Câmara do Senado em julho de 2021 (BID, 2021, p.14-20). A maioria dos países do Caribe, no entanto, não o fizeram, incluindo Bahamas, Barbados, Belize, Guyana, Haiti, Jamaica, Trinidad e Tobago, República Dominicana.

Nas diferentes Convenções Regionais que foram assinadas para proteger os direitos dos migrantes e refugiados existem semelhanças e diferenças, as três falam dos direitos humanos, porém, são dirigidas de maneira diferente. A Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), por exemplo, inclui os direitos civis e políticos. De fato, a CADH se refere à ideia de que os direitos fundamentais não devem ser concedidos aos seres humanos apenas em função de sua nacionalidade ou de sua relação com um Estado específico. Esses direitos são inerentes à condição humana e devem ser protegidos por meio de acordos internacionais. Já que as legislações nacionais dos Estados Americanos podem não ser suficientes

para garantir a proteção desses direitos fundamentais é, portanto, necessária uma proteção adicional de natureza internacional, como a oferecida pelos acordos e convenções internacionais (BID, 2021, p.14-20).

Em comparação com a Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), a Declaração de Cartagena sobre os refugiados trouxe um marco na proteção de refugiados e pessoas deslocadas na América Latina e tem influenciado a legislação e a política de refugiados em vários países da região. Além disso, fortalece programas de proteção e assistência aos refugiados, sobretudo nos aspectos de saúde, educação, trabalho e segurança. Também os Governos devem fazer todo o esforço necessário para erradicar as causas que obrigam as pessoas a se refugiarem em outros países.

Ao contrário da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e a Declaração de Cartagena sobre os refugiados, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos na área de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais garante a proteção e promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais nas Américas. Para isso, o Protocolo estabelece uma série de compromissos por parte dos Estados-membros, incluindo a adoção de medidas para garantir o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia, à alimentação entre outros direitos fundamentais. Também estabelece que os Estados membros devem adotar medidas progressivas para garantir a plena realização desses direitos. Isso significa que os Estados devem trabalhar para melhorar constantemente as condições econômicas, sociais e culturais de suas populações, de forma a garantir a realização plena dos direitos humanos. Não obstante, observou-se semelhanças nas três Convenções Regionais que são a proteção e os Direitos Humanos e assistências dos Refugiados. O atual cenário de grande fluxo migratório na América Latina e no Caribe traz à tona posicionamentos, muitas vezes, abertamente xenofóbicos dos governos da região na sua forma de tratar às crises migratórias nas suas fronteiras desrespeitando os direitos dos migrantes. Podemos destacar que essas convenções não estão sendo aplicadas, em muitos Estado-nações, conforme o que diz o respeito à proteção dos direitos humanos dos migrantes na região América Latina e caribe como podemos ver .

O Haiti é signatário de três importantes convenções internacionais, conforme evidenciado pelos registros dos sites da ONU. Em primeiro lugar, em 5 de dezembro de 2013, o país assinou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de

Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias (CMW). Esta convenção, criada em Nova York em 18 de dezembro de 1990, tem como objetivo também salvaguardar os direitos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias, conforme documentado no site oficial da ONU sobre o Status da CMW.

Em seguida, em 27 de setembro de 2018, o Haiti ratificou a Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, que teve sua origem em Nova York em 28 de setembro de 1954. Esse tratado internacional estabelece o estatuto legal dos apátridas e estipula os direitos fundamentais que devem ser assegurados a eles, como informado no site da ONU sobre o Status da Convenção sobre Apátridas.

Por fim, em 25 de setembro de 1984, o Haiti também se tornou signatário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967. Porém, essa convenção não se concentra exclusivamente na migração, ela define os direitos e deveres dos refugiados, bem como dos Estados que os acolhem. Vale destacar que, entre as três convenções mencionadas, a Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967 são os únicos documentos aos quais a República Dominicana também aderiu, a partir de 4 de janeiro de 1978, conforme consta na lista dos sites da ONU.

1.1 Migração na América Latina e Caribe: o Pacto Mundial para a migração e a República Dominicana

Os países da América Latina e Caribe (ALC) são os que têm maiores fluxos migratórios, no continente, sobretudo, nessas últimas décadas (ICMPD, 2021, p.17). Na metade do século 20, os fluxos migratórios da América Latina e Caribe eram classificados por três tipos de migração: a imigração de ultramar, intrarregional e para fora da região. Segundo Martinez (2001), atualmente a migração de ultramar é menos significativa enquanto a migração regional é mais intensa e ampla. A migração para fora da região visa a América do Norte, ou seja, Estados Unidos e o Canadá. Segundo o relatório *Migración y remesas en América Latina y el Caribe: una mirada hacia el futuro del BID* (2018), 10% da população total da região da América Latina e Caribe, ou seja 65 milhões de pessoas, moravam fora de seu país 35% desse total está localizado nos Estados Unidos. E segundo a *International Center for Migration Policy Development* (ICMPD, 2021) entre os países do Caribe insular, o Haiti é:

Um dos principais países de origem de migrantes do Caribe, e os fluxos migratórios do país têm sido historicamente complexos, sendo impulsionados principalmente pela instabilidade política e dificuldades econômicas, e por vezes exacerbados por catástrofes naturais. Estima-se que 13% da população total (1.585.681) viva no estrangeiro, principalmente no Canadá, na República Dominicana e nos EUA. Após o terremoto de 2010, as comunidades estabeleceram-se também no Chile, onde representam 12,5% de todos os estrangeiros (185.865) e os haitianos têm utilizado cada vez mais o corredor migratório através da América Central para chegar aos EUA. Além disso, cerca de 5,6% de todos os haitianos que vivem no estrangeiro residem na UE, com a esmagadora maioria (87.300) vivendo na França, onde os haitianos representam o maior grupo entre os migrantes oriundos das Américas (ICMPD, 2021, p. 15).

Pensando essa realidade pode-se dizer que:

A região ALC enfrenta a maior recessão do século passado e luta para acomodar o grande afluxo de migrantes, em particular da Venezuela. De acordo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a extrema pobreza e a desigualdade de renda irão aumentar devido à pandemia. Esta situação irá alimentar ainda mais o discurso xenófobo e anti-imigração. Neste difícil contexto regional, realizar-se-ão mais de 20 eleições presidenciais, legislativas, locais ou regionais nos países da ALC em 2021. Serão eleitos novos presidentes no Chile, Equador, Haiti, Honduras, Jamaica e Nicarágua, entre outros. As autoridades políticas da ALC devem estar preparadas para assegurar uma narrativa mais equilibrada sobre migração, reconhecendo o impacto mais amplo que esta narrativa pode ter na coesão social, apoio à diversidade, crescimento econômico e inovação. O Chile, por exemplo, está desenvolvendo uma Plataforma e Estratégia Nacional para combater a xenofobia nas comunidades locais até as eleições gerais de 2021, que acontecerão em novembro (ICMPD, 2021, p. 17)

Nesse sentido é de grande importância o Pacto Mundial para a Migração, que como apontamos, visa facilitar movimentos migratórios internacionais seguros. A negociação do Pacto Mundial para a Migração se iniciou em setembro de 2016 pela Assembleia geral das Nações Unidas com seus 193 Estados membros. Dessa negociação surgiu a Declaração de Nova York no mesmo ano que foi adotada por unanimidade. Nesta reunião reconheceram a necessidade de analisar os grandes deslocamentos de refugiados e migrantes no mundo.

Depois de vários longos debates e reuniões, em dezembro de 2018, o Pacto Mundial foi assinado por 152 países, incluindo todos os países latinoamericanos e caribenhos, com exceção de Chile e República Dominicana na cidade de Marrakech no Marrocos. O Pacto determina um conjunto de princípios e acordos em matéria de

mobilidade humana, procurando que seja segura, ordenada e regular. O Pacto Mundial é o primeiro acordo aceito a nível governamental, preparado com os auspícios das Nações Unidas, que aborda as dimensões da migração Internacional de uma maneira holística e integral. Ele promove um compromisso com a cooperação internacional no contexto das grandes crises migratórias, mas é um documento não vinculante que respeita o direito soberano dos Estados, última instância que determina quem pode ingressar e permanecer no seu território (Debandi; Sander, 2002, p. 68-69).

O Pacto Mundial foi dividido em 6 áreas temáticas:

1. Temática 1: Direitos Humanos, inclusão social, coesão, discriminação, incluído o racismo, a xenofobia e intolerância;
2. Temática 2: aborda os fatores da migração como o câmbio climático, desastres naturais e crises provocadas pelo ser humano e propõe medidas de mudanças mediante a proteção e assistência, ao desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a prevenção e resolução de conflitos;
3. Temática 3: cooperação internacional e governança da migração em todas as dimensões, incluídas as fronteiras, o trânsito, a entrada, o retorno, a readmissão, a integração e reintegração;
4. Temática 4: Contribuição dos migrantes e as diásporas ao desenvolvimento, levando em conta as remessas e a portabilidade dos benefícios obtidos.
5. Temática 5: Tráfego ilícito dos migrantes, trata de pessoas e escravos, identificação, proteção e assistência;
6. Temática 6: Migração irregular e vias regulares, incluído o trabalho decente a mobilidade laboral o reconhecimento de habilidades e qualificações (Debandi; Sander, 2002, p. 68-69):

No entanto, apesar da nítida importância do Pacto Mundial para a Migração, para assegurar os direitos dos migrantes em âmbito internacional, ele se caracteriza por ser um dos acordos globais mais polêmicos da última década. Na Bélgica, por exemplo, no ano de 2018, ocorreram manifestações da população convocadas contra a adesão ao Pacto, do governo do primeiro-ministro Charles Michel (G1, 2018). Além disso, países como Suíça, Hungria, Áustria, Austrália, Bulgária, Israel, Polônia e a República Checa anunciaram que não iriam assinar o acordo. Além destes países, os Estados Unidos também se abstiveram de aderir ao Pacto Mundial para a Migração na governança de Donald Trump.

Na América Latina também encontramos processos similares como por exemplo o Brasil que em 2019, com a entrada em vigor do governo de Jair Bolsonaro, retirou sua assinatura, e a polêmica que gerou em países como a República Dominicana e Chile, países tocados por importantes fluxos migratórios,

sobretudo de haitianos. No Chile, por exemplo, moram 179.338 migrantes haitianos, o que representa um total de 6.6% da população migrante, segundo o Departamento de Extranjería y Migraciones (DEM, 2019). Na República Dominicana, segundo os dados oficiais do governo, em 2017 a população estrangeira que reside no país atingiu um total de 847.979 e 88,5% dessa população eram de haitianos. Estes dois países não assinaram o Pacto Mundial para Migração (Cuevas, 2022).

Como justificativa à não assinatura do Pacto, o Presidente do Chile Sebastián Piñera, por exemplo, tweetou que:

Chile respeta y protege los DDHH de todos, incluyendo los migrantes. Sin embargo, Pacto Migración ONU contradice algunos de estos principios, incentiva migración irregular, restringe nuestra soberanía y puede perjudicar a nuestros compatriotas. Por eso decidimos no suscribirlo (Pinera, 2018).

Na República Dominicana o Pacto Mundial para Migração teve uma interpretação negativa tanto do lado do governo quanto do lado da opinião pública. As informações referentes às obrigações do pacto foram deturpadas, o que gerou várias notícias falsas conhecidas como *fake news*. Em discurso oficial, o governo justificou a não adesão da República Dominicana ao Pacto Mundial da seguinte forma, nas palavras do consultor jurídico Flavio Dario Espinal:

Si bien el Pacto propuesto tiene innumerables disposiciones que son bien vistas por el Gobierno dominicano, así como por la gran mayoría de los gobiernos alrededor del mundo, también tiene disposiciones que resultan contrarias al interés nacional. Aunque el Pacto no tiene carácter vinculante por no tratarse de un tratado internacional estrictamente hablando, su adopción generaría compromisos al Estado dominicano que podrían socavar su capacidad para hacer valer sus normas migratorias e implementar con eficacia las políticas migratorias que el cumplimiento de esas normas exige. Igualmente, pondría cargas al Estado dominicano que, dado el contexto particular de nuestra isla, podrían desbordar con creces nuestros recursos. Asimismo, el Pacto crearía compromisos internacionales que le impedirían al Estado dominicano, o lo limitarían enormemente, para dar respuesta a situaciones que puedan presentarse en nuestra frontera terrestre como resultado de las condiciones estructurales y los procesos políticos y sociales que se viven en el país vecino (Espinal, 2018).

Teve também o embaixador da República Dominicana, José Tomás Pérez nos Estados Unidos que fez um comentário a respeito desta questão. Ele, na sua conta do twitter, parabenizou:

a los que leyeron el pacto migratorio de la ONU y no están de acuerdo. Felicito, también, a los que lo leyeron y están de acuerdo.

No se puede repetir opiniones sobre temas que no conocemos. Las bocinas hay que dejarla para que suenen en los colmadones (Perez, 2018).

O prefeito da cidade de Santiago de los Caballeros na República Dominicana, Abel Martínez se posicionou contra a assinatura do Pacto, declarando no twitter que:

La República Dominicana no debe dilatar ya en expresar su total rechazo ante cualquier organismo, como ya lo han hecho otros países, incluido Estados Unidos, y dejar claramente establecido que no está dispuesta a vender nuestra soberanía, y eso lo establece la Constitución de manera clara (Martínez, 2018).

Assim, na República Dominicana houve uma grande campanha de desinformação sobre o Pacto conforme relataram as mídias noticiários como Listin Diario, DIAGONAL CIEP, La Vanguardia Sociedad entre outros. Segundo a autora Carol Matos (2018), algumas notícias falsas sobre o Pacto na República Dominicana diziam que:

El objetivo del Pacto es lograr la fusión entre la República Dominicana y la República de Haití. Además se sostuvo que el acuerdo obligaría al país a dotar de documentos de identidad dominicanos a todo migrante en situación irregular: usar como último recurso la no detención a migrantes en situación irregular: asegurar el acceso al derecho a la educación y salud a los migrantes haitianos; entre otras afirmaciones. Asimismo se planteó que todas estas obligaciones están en contra de la Constitución y la Ley de Migraciones 285-04 de la República Dominicana (Matos Carol, 19 dez 2018, Diagonalciep).

A autora desmente essas falas mal-intencionadas que gerou uma grande desinformação sobre os motivos verdadeiros do Pacto e o interesse da ONU nele. Contra-argumentando, ela esclareceu a realidade por trás do Pacto:

Estas declaraciones son incorrectas o están fuera de contexto. Entre los propósitos del Pacto Mundial para una Migración Segura Ordenada y Regular se destaca el respeto a la soberanía nacional, cuando reafirma que los Estados tienen el derecho soberano a determinar su propia política migratoria y la prerrogativa de regular la migración dentro de su jurisdicción, de conformidad con el derecho internacional" (párrafo 5. C), lo que desmiente la idea de la fusión de dos naciones. Por otro lado, el objetivo 4 del Pacto establece que debemos 'velar porque todos los migrantes tengan prueba de su identidad jurídica y documentación adecuada, lo que significa que cada país deberá dotar de documentos a sus nacionales para que éstos puedan ser identificados por las autoridades de otros países, explicando qué medidas se deben tomar para lograr este objetivo (Matos, 2018).

Baseado nas mensagens contra o Pacto que diversas autoridades do governo

dominicano divulgaram em redes sociais como Twitter, podemos concluir que junto com os meios de comunicação têm parte da responsabilidade nessa campanha de desinformação. Essa divulgação em redes sociais de informações sobre o Pacto Mundial os permitia alcançar uma maior audiência contra a assinatura deste novo Pacto Mundial para a Migração.

Para analisar esse movimento contrário da República Dominicana em assinar o Pacto de Migração é preciso entender o fluxo migratório haitiano no país e como ele é recebido.

O Haiti e a República Dominicana dividem a segunda maior ilha do Caribe insular, porém eles possuem inúmeras divergências e convergências históricas, políticas e sociais. Por terem uma fronteira terrestre, a República Dominicana acaba se tornando a maior receptora de migrantes haitianos, que segundo os dados do Banco Mundial (2012) representam 2% da população dominicana. E, esse fluxo migratório provoca um grande incômodo para a sociedade, para os governos que têm uma política migratória complexa e anti-haitiana. Vale dizer, que a maioria desses migrantes haitianos estão vivendo na República Dominicana de forma irregular onde, eles representam 3% da força laboral do país segundo o Banco Mundial (2012).

Debido a la prevalencia de inmigrantes indocumentados, resulta difícil determinar la cantidad precisa de inmigrantes haitianos en la República Dominicana. Las estimaciones varían desde el 3% hasta casi la cuarta parte de la fuerza laboral de este último país. Según la encuesta de hogares más reciente, los inmigrantes haitianos representan aproximadamente el 2% de la población, pero esa cifra se basa en respuestas de los propios encuestados, por lo que podría estar subestimando la cantidad de inmigrantes sin documentación en regla (BANCO MUNDIAL, 2012 p.15).

As pressões migratórias têm sido reforçadas em grande medida pelos desastres naturais, caos políticos e, também pelas instabilidades econômicas do Haiti. No entanto, não todos os migrantes haitianos que vão para a República Dominicana visam a possibilidade de permanecer nela, boa parte a utiliza como um país de trânsito até chegar em algum outro destino, mas também temporariamente para atividades laborais.

El carácter temporal/estacional de la migración haitiana hacia la República Dominicana (aproximadamente el 46% de los inmigrantes haitianos no permanece sino temporalmente, para trabajar en la cosecha de caña de azúcar) y la tasa especialmente alta de participación en la fuerza laboral de los inmigrantes haitianos (el 66%

en el caso de los inmigrantes haitianos, comparado con el 58% entre los nativos dominicanos) sugiere que existe una demanda/ necesidad de trabajadores inmigrantes en la República Dominicana (Banco Mundial, 2012 p. 30).

A migração haitiana para a República Dominicana teve início no século XX, impulsionada pela demanda por trabalhadores nas plantações de cana-de-açúcar. No entanto, esse fluxo populacional foi marcado por um trágico episódio em 1937, conhecido como o "Massacre de Perejil", no qual milhares de haitianos foram brutalmente assassinados por ordem do governo dominicano, deixando cicatrizes profundas nas relações bilaterais. Mesmo diante dessas tensões históricas, a migração haitiana continuou, motivada pela busca por empregos e melhores condições de vida. Em 2013, questões legais negativamente afetaram os haitianos, levando a situações de apatridia. No entanto, em 2015, uma lei de regularização foi aprovada para resolver parte desses problemas. As expulsões em massa a partir de 2015 geraram críticas e tensões adicionais.

Alem disso, muitos haitianos enfrentam condições precárias na República Dominicana, incluindo discriminação e falta de acesso a serviços básicos de acordo com os autores Bridget Wooding(2010) e Moya Pons (2013). Essa realidade está enraizada na construção histórica anti-haitiana, que se desenvolveu desde o período colonial e foi exacerbada sob o governo de Trujillo, perpetuando estereótipos negativos. Esta questão será explorada com mais detalhes no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - A HAITIANO-FOBIA COMO IDEOLOGIA NACIONAL

2. Histórico das Relações Haiti - República Dominicana

O que hoje se conhece como Haiti faz parte de uma grande ilha chamada pelos povos originários de Aytí ou Hayti. Com a chegada dos espanhóis em 1492 foi chamada Hispaniola. Mas, em 1697 mediante o Tratado Ryswick entre França e Espanha a ilha foi dividida entre essas duas potências (Krenwinkel, 2018).

Assim, as duas nações foram outrora colônias europeias, com a Espanha dominando a parte leste da ilha, que se tornou a República Dominicana, e a França controlando a parte ocidental, que se tornou o Haiti. E, devido ao seu passado histórico, essas duas nações desenvolveram complexas dinâmicas e relações sociais - de dominação, de interações políticas, culturais, de poder, de racismo etc (Krenwinkel, 2018, p.1-12). Para entender as relações entre a República Dominicana e o Haiti, é fundamental considerar toda essa história compartilhada e suas implicações nos dois países.

A República do Haiti na parte oeste foi a colônia mais próspera economicamente devido à agricultura que dependia da mão de obra de escravizados africanos que trabalhavam nas plantações. Essa colônia, inclusive era uma das mais habitadas por negros escravizados das Américas o que demarcou a formação étnica da nação haitiana formada por uma população negra que constitui mais de 90% da população nacional. Na outra parte, a República Dominicana, a produção diminuía bastante sendo insuficiente para o comércio internacional, servia apenas para satisfazer as demandas locais.

A colônia francesa de Saint-Domingue, conseguiu se independentizar e abolir a escravidão em 1º de janeiro de 1804, graças à atuação de importantes líderes como Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines. Assim, em 1804, o Haiti se transformou no primeiro - por muito tempo seria o único - país da América Latina e do Caribe a ser dirigido por negros ex-escravizados. E esse fato afetaria as relações internacionais entre o Haiti e todo o Atlântico, mas sobretudo com a República Dominicana, justamente por estarem dividindo uma ilha de apenas 76.000km².

Depois da proclamação da independência do Haiti, alguns franceses foram se refugiar nas ilhas mais próximas, inclusive na atual República Dominicana, em Monte Cristi. Entre eles estava o general francês Jean-Louis Ferrand, que foi apoiado

nas suas ações militares contra a nova nação por tropas francesas. Sendo assim, sentindo-se ameaçado pela presença militar de franceses na outra parte da ilha, o governo haitiano foi lutar contra os europeus e se defender de qualquer tipo de inimigo que ameaçava a liberdade da ilha. Em 1805 e 1809, Jean-Jacques Dessalines, primeiro chefe de Estado do Haiti, tentou invadir cidades da colônia ao lado para fortalecer sua autoridade nesta parte da ilha. A expedição foi dividida em quatro forças, mas ao chegar em Santo Domingo, enfrentaram um bloqueio que os obrigou a fugir devido à chegada de uma frota francesa. A não adesão dos habitantes do leste nesta causa enfureceu Dessalines, levando-o a ordenar a retirada de suas tropas. Durante essa primeira tentativa de unificação da ilha, as práticas violentas foram várias, como, as ações de Henry Christophe em Moca, episódio conhecido como "Deguello de Moca" ¹(Ana Idalia Castellanos de Kranwinkel, 2018. p. 8).

Depois do assassinato de Jean-Jacques Dessalines em 1806 e sérios conflitos internos, o Haiti foi dividido em dois governos, um Reino no Norte tendo Henri Christophe como rei, e uma República no sul tendo Alexandre Pétion como presidente. E, enquanto isso, na parte espanhola da ilha, uma guerra contra os franceses foi declarada em 1808, e a Espanha conseguiu recuperar sua colônia. Esse evento é conhecido como "Espanha Boba" devido à abnegação da Espanha pela colônia, acabando em pobreza e a diminuição do comércio.

Por outro lado, os ingleses aproveitaram dessa instabilidade para se estabelecerem em Samaná, e tomaram a cidade de Santo Domingo em 1809, mas Juan Sánchez Ramírez negociou e recuperou a cidade um ano depois, em 1810, devolvendo-a à Espanha. Entretanto, na República do Haiti, Jean-Pierre Boyer reuniu as duas partes do país após a morte de Henri Christophe em 1820. E, em 2 de fevereiro de 1822, se baseando na Constituição de Toussaint Louverture de 1801, que declarava que a ilha é "uma e indivisível", Jean Pierre Boyer invadiu militarmente a parte espanhola da ilha (Ana Idalia Castellanos de Kranwinkel ,2018, p1-12)

Militarmente, foi uma invasão bem-sucedida, as diferenças notáveis entre as duas populações, no entanto, prosseguiram, e um dos generais de Boyer tentou dissuadi-lo da invasão em razão dos conflitos existentes entre os dois povos. Mas, Boyer

¹ O "Degüello de Moca" Segundo a autora Ana Idalia Castellanos de Kranwinkel em sua obra República Dominicana e República do Haiti: De una Barca, Dos Remos 1844-1970 de 2018, foi um acontecimento trágico na República Dominicana no início de século XIX. século. Henri Christophe liderou as derrotadas tropas haitianas na parte ocidental da ilha e, como vingança, realizou um massacre na igreja de Moca durante um verão, matando algumas pessoas. Este acontecimento, conhecido como "Degüello de Moca", é um episódio doloroso que reflecte a complexa história da ilha espanhola e os conflitos da época.

ignorou o argumento e a tensão continuou entre as duas repúblicas até 1844 quando a República Dominicana declarou sua independência. Unificação ou invasão, desde um ponto de vista diversos entre vários historiadores, essa época é analisada como obscura e provocou tensões ao longo do tempo entre as duas repúblicas e foram também uns dos principais pilares na construção da ideologia anti-Haitiana e a haitiano-fobia na República Dominicana (Ana Idalia Castellanos de Kranwinkel ,2018, p1-12).

Trazemos aqui brevemente alguns aspectos da história da ilha para entender melhor e também para poder demonstrar possíveis explicações que ilustrem uma ideologia haitiana-fóbica na República Dominicana. Marcado principalmente por uma perspectiva das invasões dos haitianos em seu território, a nação haitiana goza de estereótipos e exotismos, vistos como um povo bárbaro que justifica o menosprezo dos Dominicanos. Por isso, é sumamente relevante trazer os principais fatos históricos daquela época para poder analisar se foi mesmo uma invasão ou uma liberação da ilha de parte dos militares haitianos que vamos trazer com mas detalhes no proximo capitulo.

2.1 A construção da ideologia anti-haitiana e a haitiano-fobia como inimigo na política externa dominicana

Segundo a autora Camila Antunes Madeira da Silva;(2016) é possível falar em anti-haitianismo no caso da República Dominicana. Esse assunto não se limita apenas à disseminação de uma ideologia "anti-haitianista",é um aspecto complexo e complicado na formação da identidade dominicana e tem raízes em processos históricos que geraram conflitos entre as duas sociedades ao longo do tempo. Se não é possível precisar exatamente quando ou como o anti-haitianismo surgiu na República Dominicana, é possível, no entanto, atribuir suas primeiras manifestações às ocupações francesas em seu território e às ocupações haitianas. A partir disso, o anti-haitianismo se tornou parte integrante da identidade dominicana, influenciando as relações e percepções entre os dois países vizinhos.

O historiador dominicano Moya Pons (2013) afirma que o anti-haitianismo, na República Dominicana, pode ser separado em duas vertentes principais: a) histórica e b) estatal. A vertente histórica surge e se mantém ao longo da evolução das histó-

rias dos dois povos nas tensas relações entre França e Espanha durante o século XVIII. Essas tensões se intensificaram com a Revolução Haitiana e pioraram com a cessão de Santo Domingo à França em 1795, e deteriorou durante as invasões haitianas de 1801 e 1805 e a ocupação de 1822-1844.

Por sua vez, a vertente estatal se desenvolve a partir dessas histórias, mas está vinculada às políticas governamentais, que as reforçaram para justificar o anti-haitianismo e contribuíram para o desenvolvimento do preconceito e hostilidade contra os migrantes haitianos na República Dominicana. Como explicou o autor Simone (2018):

Esse sentimento nacionalista baseado em um anti-haitianismo pode ser entendido como um esforço das classes dominantes para permanecer no topo da hierarquia. Franklin J. Franco, quando fala do pensamento colonialista da oligarquia governante, alude ao legado racista, classista e colonial, mas também aos interesses da classe dominante na manutenção do anti-haitianismo (Pinto, 2018, p.67).

Durante a ocupação haitiana, houve uma supressão desses sentimentos negativos contra os haitianos, pois, a imprensa em ambos os lados da ilha, estava censurada, o que impediu campanhas anti-haitianas. No entanto, esses sentimentos não foram erradicados da sociedade. Com o surgimento da ditadura na República Dominicana de Rafael Leónidas Trujillo Molina (1930-1961) - uma das primeiras ditaduras da América Latina e do Caribe e uma das mais violentas -, o anti-haitianismo estatal foi reforçado e usado para inferiorizar a população haitiana na República Dominicana. E, nessa segunda fase do anti-haitianismo de Estado promovido por Trujillo, ser dominicano é não ser ou parecer haitiano, destacando a ideia de superioridade dos dominicanos em relação aos haitianos, e enfatizando as diferenças raciais (Vasconcelos, 2015). A estratégia leva à identificação do haitiano como o inimigo principal da identidade dominicana e destaca a porosidade da fronteira entre República Dominicana e Haiti. Para lutar contra esse inimigo nacional, como apontam Karine de Souza e Luisa Milioli de Amorim (2019), era necessário afirmar a autonomia política e cultural dominicana e assim evitar a contaminação do país. Nessa mesma linha o autor Simone Rodrigues Pinto (2018, p. 67) explica que:

A construção da memória social de forma a forjar inimigos não é uma excepcionalidade da República Dominicana. Para citar alguns exemplos, ocorreu em Ruanda no período que antecedeu o genocídio dos tutsis pelos hutus, ocorreu na base da ideologia do apartheid na África do Sul, tem sido construída hoje na estereotipificação do terrorista árabe no Ocidente. É um perigo real e atual. Racismo também não é

exclusividade de alguns países. Ser negro tem sido considerado por anos como algo negativo, inferior. Na República Dominicana racismo, construção da memória a favor de uma elite econômica, geopolítica regional e nacionalismo nostálgico se imbricam de forma clara e complexa. Na República Dominicana há uma divisão entre a percepção biológica do que é ser negro e uma percepção social: “soy negro blanco” Simone Rodrigues Pinto (2018, p. 67)

O autor Kabengele Munanga (2003), nos ajuda a entender essa questão ao apontar que a hierarquia da humanidade em diferentes raças e a disseminação da teoria pseudo-científica conhecida como raciologia no início do século XX, tinha um propósito mais doutrinário do que verdadeiramente científico, sendo usada para justificar sistemas de dominação racial. O autor aponta, numa contextualização global desse problema racial daquela época, que ao longo do tempo, esses conceitos relacionados às relações raciais saíram dos círculos acadêmicos e foram incorporados nas sociedades ocidentais dominantes, tendo como resultado o nazismo da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, que se apropriou dele para justificar atrocidades.

O autor Munanga (2003) argumenta que o conceito moderno de raça não tem base biológica, e carrega uma carga ideológica e está ligado a relações de poder e dominação. A raça é vista como uma categoria etno-semântica, ou seja, sua interpretação é caracterizada pela estrutura da sociedade e pelas relações de poder presentes em cada contexto. Assim, os termos "negro", "branco" e "mestiço" têm significados distintos em diferentes países, devido às diferentes configurações sociais e políticas. Pode-se observar que essas ideologias do racismo científico impactaram também sociedades como a República Dominicana e influenciaram a ideologia do haitiano-fobia para justificar os maus tratos dos dominicanos contra os migrantes haitianos. Como mencionou o autor Gates:

Ser negro, contudo, refere-se ao Haiti, e não à África. Na República Dominicana “ninguém é negro, porque essa palavra é reservada para os haitianos. Na verdade, se trata de negar tudo que seja haitiano” Entre alguns dominicanos, ser negro significa ser “pobre, sujo, inculto, ignorante, degenerado. Tudo o que pensavam sobre os haitianos tornou-se o que pensavam sobre ser negro”. (Gates Jr., 2014, p. 117-191).

Trazemos Souza (2021) que analisou profundamente essa interseção entre raça e Relações Internacionais (RI), destacando como historicamente a questão racial foi usada para legitimar práticas de imperialismo e dominação dos países. Ela res-

salta a presença do racismo nas principais teorias das RI, incluindo o liberalismo, o realismo e o construtivismo, argumentando que a perpetuação da construção de negros como inferiores e brancos como superiores é um fator determinante na manutenção dos privilégios da última categoria. Além disso, a autora explora o conceito de uma "linha de cor" que molda a estrutura global de poder com base em elementos políticos, econômicos e ideológicos, ecoando as ideias de Munanga (2003) de que a raça é uma construção social em vez de uma realidade biológica nas RI. No entanto, Souza(2012) também critica a disciplina das RI por negligenciar o papel crucial do colonialismo, da escravidão e do racismo em sua própria formação, assim como a importância da África na manutenção da hegemonia dos países centrais. Onde ela sustenta a visão de que o capitalismo tem uma dimensão racial, enraizado em práticas como a escravidão, invasões, expropriações e hierarquização racial, e destaca o racismo estrutural como uma chave teórica fundamental para compreender as continuidades e discontinuidades do poder colonial nas RI. Souza(2021) como comentou também o autor Quijano(1999).

Ele acrescenta que a ideia de raça tem sido "o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos", e o racismo é, "sem dúvida, a mais perceptível e onipresente manifestação da colonialidade do poder"(Quijano, 1999, p. 141-142)

Portanto a análise de Souza (2021) sobre a interseção entre raça e Relações Internacionais (RI) nos ajuda a entender melhor a questão da haitiano-fobia na República Dominicana, demonstrando como o racismo desempenha um papel fundamental na construção de narrativas prejudiciais. A autora destaca como a ideia de negros como inferiores e brancos como superiores, enraizada em teorias de RI como o liberalismo e o realismo, contribui para a manutenção dos privilégios. Onde essa visão racializada do poder também se reflete na história da República Dominicana, onde figuras como Joaquín Balaguer e Arturo Peña Batlle promoveram ideias racistas e xenofóbicas, culminando também no massacre de 1937. Peña Batlle desconsiderou a história e a cultura haitianas, enquanto Balaguer estigmatizou o povo haitiano como inferiores, perpetuando estereótipos prejudiciais. Essas atitudes revelam como o racismo estrutural desempenhou um papel na formação da identidade dominicana às custas da marginalização da identidade haitiana, ilustrando a com-

plexa relação entre raça, poder e política internacional (Souza ,2021) , (Balaguer,1993).

..

Joaquín Balaguer e Arturo Peña Batlle, importantes intelectuais dominicanos também desempenharam um papel principal na implementação dessa ideologia racista e xenofóbica, materializada no massacre de 1937 (Vasconcelos, 2015). Peña Batlle relatou o Haiti como uma sociedade sem história propriamente dita, sem antecedentes tradicionais, sem ponto de partida e sem raízes espirituais. Por outro lado, Balaguer dizia que o Haiti era povoado por negros de uma raça inferior, classificando como tarados deprimentes e praticantes de incesto e outras práticas bárbaras e imorais. Esses dois trabalhos parecem buscar consolidar uma identidade dominicana através da inferiorização da identidade haitiana, perpetuando estereótipos e preconceitos acerca do país vizinho e de seu povo (Balaguer,1993, p. 35-36).

Durante o período mais marcante do haitiano-fobia na República Dominicana, o ditador Trujillo formulou uma política nacionalista que não apenas refutava os haitianos discursivamente, mas também tomava medidas bem específicas para restringir a sua presença no país. A fronteira entre os dois países era porosa devido às medidas de imprecisão dos limites implementados e das trocas socioculturais, criando um grande fluxo de migrantes em ambos os sentidos. Segundo o autor Vasconcelos (2015), naquela época havia um grande número de haitianos migrando para a República Dominicana, especialmente para trabalhar como *braceros* ou *bateys* na indústria açucareira dominicana, uma prática empregada tanto por Trujillo quanto por seus sucessores políticos, incluindo Joaquín Balaguer.

O ponto importante do anti-haitianismo é representado pelo massacre de Perejil em 1937. Como parte da política de dominicanização da fronteira, destinada a conter qualquer invasão pacífica de haitianos, as forças militares dominicanas mataram milhares de haitianos que viviam na fronteira haitiano-dominicana, sob a influência de Trujillo e de seus mentores intelectuais como Manuel Arturo Peña Batlle quem foi seu ministro de exterior.

Durante o “Massacre Perejil” os militares dominicanos utilizaram uma estratégia para identificar os haitianos em território dominicano a serem assassinados. Pediam que as pessoas pronunciassem a palavra espanhola "perejil". Uma vez que os haitianos, devido à influência francesa no seu idioma, tinham problema em pronunciar-la corretamente, todos que falharam na sua pronúncia eram prontamente

identificados, assim, muitos haitianos, mas também dominicanos de origem haitiana, e todos aqueles que tinham alguma dificuldade de fala foram assassinados. O autor Vasconcelos (2015) aponta que os únicos haitianos não assassinados foram aqueles que conseguiram fugir, abandonando tudo que possuíam e os haitianos que trabalhavam para multinacionais açucareiras dos Estados Unidos, que não foram massacrados.

2.2 Relações bilaterais Haiti- República Dominicana na questão migratória

De acordo com os autores Diederich e Al Burt (1986) a situação pós-independência no Haiti foi caracterizada pelo agravamento da situação de pobreza e miséria da população em meio a instabilidade política contínua. O país foi ocupado por nações estrangeiras, como os Estados Unidos entre 1915 e 1934 e teve a ditadura dos Duvalier que durou quase sessenta anos, de 1957 a 1986 - François Duvalier, pai e o filho Jean-Claude Duvalier, conhecidos como Papa Doc e Baby-doc. Durante essa época, o país enfrentava fragilidade em sua consolidação sobretudo nas questões políticas e econômicas. E isso tem causado um aumento significativo da emigração haitiana, em busca de melhores condições de vida no exterior, a partir da segunda metade do século XX.

No caso da migração haitiana para a República Dominicana, o autor Silié, (1998; 2002) comentou que se intensifica entre as décadas de 1930 e 1990, principalmente para trabalhar na indústria açucareira. Mas também na mesma época a imigração haitiana também se estendeu para os Estados Unidos, Canadá e Bahamas. Durante esse processo migratório, os migrantes haitianos enfrentavam exclusão econômica e social, eles foram submetidos a tratamentos precários no mercado de trabalho com baixos salários. Essa discriminação foi reforçada por manifestações ideológicas racistas e xenófobas, como vimos, visando manter o grupo em posições subalternas. Essas atitudes, o "anti haitianismo", provocaram casos extremos de maus tratos e violações dos direitos humanos na República Dominicana, que chegou inclusive a sofrer punições por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1999.

Pois, o governo dominicano tem tratado os imigrantes haitianos de forma negligente, não organizando sua entrada no país nem sua integração na sociedade local. Conforme o autor Silié, ao longo do século XX até a década de 1980, a migra-

ção haitiana foi vista como uma "invasão passiva" pelo governo, situação que dificultou a formulação de uma política migratória consistente e houve várias alianças políticas, inclusive entre partidos de oposição, para repatriar os haitianos. Mesmo que o setor privado dominicano continue empregando mão-de-obra haitiana. Isso resultou em vulnerabilidade para os imigrantes haitianos e seus descendentes, pois não possuíam garantias de direitos civis e trabalhistas (Silié, 2005.)

Assim, a falta de apoio oficial e consistente do Estado dominicano no tema da regularização dos trabalhadores haitianos em seu território, apesar de terem sido incorporados ao setor privado, os leva a enfrentar violações de seus direitos humanos. Ainda, o governo tomou medidas pontuais, como o Decreto 417-90 em 1990, que regularizou temporariamente trabalhadores haitianos no setor açucareiro. No entanto, esse decreto foi substituído em 1991 pelo Decreto 233-91, que ordenou a repatriação de muitos haitianos, gerando pânico e insegurança entre migrantes e descendentes de haitianos. A repatriação tornou-se o principal método de controle da migração haitiana. As medidas foram denunciadas e houve tentativas de regulamentação nos governos de Leonel Fernández e René Prével em 1999, mas nenhum projeto de lei foi aprovado devido à falta de uma política abrangente e direcionada, à falta de coerência e eficácia nas ações das autoridades governamentais envolvidas no tema (Silié, 2005).

O autor Silié (2005) confirmou também que a Diretoria Geral de Migrações, na República Dominicana, é o principal órgão responsável pela gestão das migrações, especialmente as deportações devido à ausência de uma política abrangente. As forças armadas atuam nas fronteiras de forma independente da Direção de Migrações. O Ministério do Trabalho lida com contratações específicas de migrantes, mas não tem uma abordagem global para os haitianos. O Ministério das Relações Exteriores emite vistos, porém sem orientação coerente. Isso deixa os haitianos no mercado de trabalho dominicano à mercê da ilegalidade. Setores privados negociam casos isolados de mão-de-obra haitiana, muitas vezes explorando a informalidade e evitando direitos trabalhistas e impostos. O que leva muitos migrantes a obterem empregos por redes informais, como traficantes de pessoas devido à falta de proteção estatal.(Silié , 2005).

Conforme descrito pelo autor Silié (1998; 2002), o fluxo migratório haitiano na República Dominicana desde a década de 1930 até os anos 2009 teve mais uma característica anti-haitiana. Como já explicamos os eventos que levaram a essa situ-

ação anteriormente, neste próximo capítulo, vamos nos concentrar nos impactos do terremoto de 2010 no fluxo migratório dos haitianos na República Dominicana. No entanto, é importante destacar que essa migração adquiriu uma característica mais humanitária por parte dos dominicanos após a catástrofe desse terremoto, que deixou o Haiti devastado, com muitas pessoas desabrigadas e sem acesso aos serviços básicos. Como resultado, muitos deles atravessaram a fronteira em busca de uma vida melhor.

CAPÍTULO III : A DIÁSPORA HAITIANA PARA A REPÚBLICA DOMINICANA (2010- 2023)

3.1 Diagnóstico e condições do fluxo migratório Haitiano na República Dominicana

Segundo Bridget Wooding (2012) "o terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter que abalou o Haiti em 12 de janeiro de 2010 deixou um rastro avassalador de destruição em seu caminho, especialmente em Porto Príncipe e outras áreas do país", contudo, as consequências desse desastre natural não se restringem às fronteiras nacionais do Haiti. Em vez disso, desencadearam uma complexa série de eventos que tiveram um profundo impacto no fluxo migratório haitiano na República Dominicana.

O terremoto não apenas deu início a uma crise humanitária de proporções sem precedentes, mas também colocou à prova a capacidade de resposta das nações envolvidas. Tanto o Haiti quanto a República Dominicana foram desafiados a lidar com os deslocados internos e aqueles que buscaram refúgio fora da ilha. Planos de emergência foram ativados, e as populações anfitriãs em ambos os lados da fronteira enfrentam desafios consideráveis. Esse desastre se destacou como o maior desafio humanitário urbano do século XXI (Wooding, 2012), exigindo uma resposta coordenada em toda a região.

No entanto, é crucial reconhecer que, apesar dos louváveis esforços humanitários em resposta à crise do terremoto, a República Dominicana ainda enfrenta críticas contundentes em relação ao tratamento de imigrantes haitianos e seus descendentes, como já destacado anteriormente, devido à persistente presença do anti-haitianismo, especialmente na região leste da ilha. Essa preocupação, com raízes em décadas passadas, continua sendo um ponto sensível nas relações bilaterais entre as duas nações. Além disso, é importante notar que durante o terremoto, observamos uma mudança positiva na abordagem dos dominicanos em relação aos haitianos, resultando em uma resposta mais humanitária por parte deles (Wooding, 2012).

Nesse contexto, torna-se imperativo analisar minuciosamente o diagnóstico e as condições do fluxo migratório haitiano na República Dominicana no período pós-terremoto de 2010. Isso ganha ainda mais relevância à luz das mudanças nas dinâ-

micas regionais e nas políticas de imigração que marcaram uma virada significativa nas relações entre as duas nações. A busca por uma "nova narrativa" entre o Haiti e a República Dominicana indica um esforço conjunto para se afastarem das tensões que caracterizaram o passado e avançarem em direção a uma cooperação mais construtiva em relação aos desafios migratórios e humanitários que persistem até hoje.

Este capítulo explora as conexões entre o terremoto de 2010 e as mudanças significativas nas relações bilaterais e nas dinâmicas regionais e políticas de imigração que o seguiram até os dias atuais por exemplo como afirmou Wooding (2010) que a política de fronteira aberta implementada pelas autoridades dominicanas imediatamente após o terremoto representou uma resposta humanitária instantânea que inaugurou uma nova era nas relações entre os dois países. Ao mesmo tempo, os dominicanos facilitaram o estabelecimento do primeiro corredor humanitário (tanto terrestre como marítimo) em direção a Porto Príncipe, Jacmel e outras áreas afetadas quando os Estados Unidos (EUA) predominavam na resposta internacional inicial.

Onde essa ação de abertura de fronteiras e o estabelecimento de corredores humanitários constituíram passos cruciais na cooperação entre a República Dominicana e o Haiti após o devastador terremoto que assolou o Haiti. A tragédia no Haiti desencadeou uma resposta global de ajuda humanitária, e a colaboração entre os dois países vizinhos foi fundamental para a distribuição de assistência e atendimento às pessoas afetadas. Também essa abertura das fronteiras permitiu que os haitianos afetados pelo terremoto buscassem refúgio e assistência na República Dominicana. Além disso, observamos que o estabelecimento de corredores humanitários terrestres e marítimos havia facilitado muito o fluxo de suprimentos, equipes de resgate e pessoal de ajuda para as áreas mais afetadas no Haiti, principalmente Porto Príncipe e Jacmel .

Portanto, esses esforços conjuntos contribuíram para aliviar o sofrimento das vítimas do terremoto e demonstraram a importância da cooperação regional em situações de crises humanitárias. Como mencionado Wooding (2012), essa resposta representou um marco nas relações entre a República Dominicana e o Haiti, possivelmente fortalecendo os laços entre ambos os países no âmbito humanitário e político durante o terremoto de 2010.

Nesse contexto analisado, pelo autor Wooding (2012) aborda a complexa dinâmica das relações entre a República Dominicana e o Haiti, enfatizando que a melhoria nas relações bilaterais após o terremoto de 2010 não necessariamente constitui uma solução duradoura para a problemática dos imigrantes haitianos na República Dominicana. Porém, nesse período observamos que a administração dominicana demonstrou uma atitude mais receptiva em relação a certos estratos da população imigrante como por exemplo a abertura das fronteiras e a República Dominicana facilitou também a logística e a alfândega transfronteiriça para as Nações Unidas, estabelecendo um corredor humanitário não apenas para o sistema da ONU, mas também para a Cruz Vermelha Internacional e outros fornecedores de ajuda humanitária (PNUD, 26 de fevereiro de 2010).

O estado de exceção permitiu que os haitianos feridos e mutilados recebessem o atendimento necessário com menos dificuldades na República Dominicana (Wooding, 2012). A maioria dos haitianos que foram assistidos em hospitais dominicanos pôde retornar ao seu país de maneira organizada, em parte devido às instalações de transição estabelecidas no território haitiano, próximas à fronteira sul haitiano-dominicana.

Embora Wooding (2012) explicou que essa disposição temporária não resolve os problemas persistentes associados à regulamentação da imigração haitiana e à situação dos imigrantes que residem no país sem um status migratório legal. Por Seguinte , o autor Wooding (2012) citou que as autoridades dominicanas começaram a abordar um pouco as necessidades dos imigrantes haitianos particularmente vulneráveis, através de iniciativas como o Ministério da Mulher (MEM) e o Conselho Nacional para a Proteção da Infância (CONANI), onde eles desenvolveram programas destinados a enfrentar a violência contra mulheres haitianas e crianças haitianas desacompanhadas, respectivamente.

Estes programas representam um primeiro passo no reconhecimento dos direitos desses indivíduos e de suas necessidades específicas de proteção. Entretanto, Wooding (2012) também aponta a incerteza quanto à sustentabilidade desse novo espaço humanitário, sugerindo que a atual disposição pode não ser duradoura. Segundo o autor Wooding (2012) observamos também que essa situação Após a fase de "fronteira aberta" há reforçou a rede de tráfico de pessoas ilegais nas fronteiras por não terem um controle adequado feito para saber quantas pessoas estavam cruzando as fronteiras . Onde o tráfico ilegal de migrantes passou a ser visível,

com traficantes explorando as pessoas mais vulneráveis, como mulheres e a juventude haitiana. Isso ocorre por meio de adoções irregulares e da exploração infantil nas principais cidades da República Dominicana. Mais, é importante destacar o foco mais acentuado nas questões de gênero relacionadas a migrantes mulheres, meninas e crianças Wooding (2012).

Por outro lado, segundo o autor Wooding (2012) é notável que o gênero feminino e a idade jovem são vantajosos para os traficantes, uma vez que as jovens mulheres conseguem arrecadar mais dinheiro mendigando nas ruas do que um trabalhador da construção civil, por exemplo. Além disso, relatos de sobreviventes que cruzaram a fronteira para a República Dominicana indicam que as condições difíceis nos acampamentos no Haiti, incluindo a violência contra as mulheres, têm sido um motivo para deixar o país. Essa situação está relacionada a desafios adicionais no Haiti, devido à precariedade dos acampamentos e das condições das casas para os sobreviventes do terremoto.

Esses relatos apontam um aumento da violência contra as mulheres nessas novas circunstâncias, incluindo exigências de favores sexuais para acessar a distribuição de alimentos. Vários relatórios, como os de *Amnistia Internacional*, *Refugees International*, *ACNUR*, *Women 's Commission for Refugee Women and Children* e *International Crisis Group*, destacaram essa problemática Wooding (2012). Se podemos observar as consequências desse desastre do terremoto que ha levou a essa resposta humanitária do lado da República Dominicana que deixou aberta as fronteiras no pretexto de facilitar as entradas de ajuda pelo Haiti não foi feita de maneira correta pensando em todo os riscos de podia ter nas fronteiras porque maiormente sempre temos essas cenários de violências ,contrabando e outros casos que acontecem em zonas fronteiriças.

Wooding (2012) afirma que o sistema judicial haitiano processou apenas um caso de adoção irregular, e os acusados foram libertados. Isso levantou preocupações sobre a qualidade da justiça no país. Além disso, a situação precária no Haiti tem levado algumas famílias a entregarem seus filhos a traficantes, na esperança de proporcionar-lhes uma vida melhor na República Dominicana. Também o site do noticiero Listín Diario há publicou que:

Miembros de la Policía y del Ejército Nacional rescataron ayer a 20 niños con edades entre uno y 13 años, y a dos mujeres, todos abandonados en una finca de la comunidad de Guayacanes Adentro, de la

provincia de Valverde, por tres hombres que se identificaron como inspectores de Migración. Según organizaciones dominicanas y haitianas después del terremoto del 12 de enero que afectó a Haití, muchos haitianos se están dedicando a entregar a sus hijos a traficantes de humanos para que los transporten a República Dominicana, porque piensan que en este país tienen mejor futuro y mayores posibilidades de subsistencia (Listín Diario, 7 de mayo de 2010).

Enfim, o autor Wooding (2012) destacou que a tragédia do terremoto de 2010 no Haiti não apenas desencadeou um intenso fluxo migratório para a República Dominicana, mas também revelou desafios e oportunidades significativas no que diz respeito ao diagnóstico das condições dessa migração. Antes do terremoto, a operacionalização de medidas de apoio e proteção aos migrantes haitianos era complexa e muitas vezes ineficaz. No entanto, a tragédia mudou a dinâmica, tornando viável a implementação de ações mais eficazes. Como a atuação de agências da ONU, como a UNFPA, na fronteira em relação à violência de gênero e ao tráfico de pessoas representa um avanço importante, a tragédia destacou a necessidade de uma resposta mais coordenada e humanitária, promovendo a proteção dos direitos dos migrantes haitianos.

Além disso, as organizações da sociedade civil desempenharam um papel crucial na resposta ao terremoto, demonstrando sua importância em situações de crise. No entanto, a migração contínua do Haiti para a República Dominicana desafiou essas organizações a manter seu foco e recursos, o que, por sua vez, afetou sua capacidade de abordar novos desafios na República Dominicana e de desenvolver estratégias de incidência política de longo prazo. A preocupação com a imigração indesejada pode ter influenciado a atenção dada aos grupos vulneráveis, mas também sinaliza um potencial realinhamento das políticas migratórias.

A revitalização da Comissão Mista Bilateral apresenta uma oportunidade para que a sociedade civil continue a posicionar a questão da migração na agenda oficial a longo prazo, promovendo uma abordagem mais compassiva e sustentável. Em suma, o terremoto de 2010 desencadeou uma série de mudanças nas condições do fluxo migratório haitiano na República Dominicana Wooding (2012).

Desde 2010, a República Dominicana enfrentou uma série de desafios persistentes em relação à sua política migratória em relação aos migrantes haitianos. Em 2018, o ex-presidente Danilo Medina se recusou a assinar o Pacto Mundial para a Migração, o que gerou debates consideráveis, inclusive abordados em capítulos an-

teriores deste estudo. A recusa de Medina levou à disseminação de notícias falsas, tanto no plano governamental quanto na sociedade civil, incluindo meios de comunicação, desempenhando um papel crucial na propagação dessas informações errôneas. Algumas dessas falsas notícias alegavam que a ONU estava pressionando o país para assinar o Pacto como uma maneira de forçar a aceitação do fluxo migratório haitiano.

A situação se agravou com a ascensão do atual presidente, Luis Abinader, que propôs a construção de um muro nas fronteiras entre o Haiti e a República Dominicana em fevereiro de 2022. Além disso, a política migratória de seu governo se tornou notavelmente mais complexa para os migrantes haitianos, dificultando sua permanência. Isso inclui deportações frequentemente realizadas de forma irregular, bem como um aumento notável na hostilidade e na xenofobia em relação aos haitianos.

Atualmente, o conflito entre os dois países é ampliado por um projeto de construção de um canal no rio Massacre, como ha sido manifestado pelo próprio chancelaria dominicana(Roberto Álvarez ,2023) uma iniciativa liderada pelo povo haitiano na zona de Ouanaminthe, localizada na parte norte do país e próxima à fronteira com a República Dominicana. Embora o projeto tenha a intenção de melhorar a infraestrutura hídrica do Haiti, ele suscita preocupações significativas tanto ambientais quanto sociais. Como resultado desse projeto, muitos migrantes haitianos foram deslocados de suas casas, o que aumentou a busca por refúgio na República Dominicana.

Essa situação levou o governo dominicano a adotar medidas rigorosas, incluindo o fechamento de suas fronteiras com o Haiti, a suspensão de vistos para haitianos e a interrupção do comércio bilateral entre os dois países. O presidente Abinader apresentou essa situação na 78ª sessão da Assembleia Geral em 19 de setembro de 2023, justificando essas restrições como uma resposta à continuação da construção do canal no rio Massacre, que ele classificou como um desvio no canal no qual “O governo considera hostis e inaceitáveis quaisquer tentativas de desviar água para privar os haitianos dela, em violação do tratado de 1929” segundo os jornalistas (Paul Mathiasen e Valentine Hilaire, UOL, 9 de out de 2023)

Vale destacar que enquanto a República Dominicana já possui 11 canais nesse rio e está construindo mais um (Pean, 2023) . Baseado nas entrevistas concedidas a haitianos na fronteira pela France 24 no 15 de setembro de 2023: o Haiti

está trabalhando em seu primeiro canal para fornecer água aos agricultores na região norte do país e, assim, aumentar a produção de commodities, reduzindo a dependência das exportações de produtos agrícolas para a República Dominicana.

Esses acontecimentos e políticas têm gerado um cenário complexo e desafiador nas relações entre os dois países e no tratamento dos migrantes haitianos (Mathiasen ; Hilaire, 2023), situação que afetou significativamente os migrantes haitianos, e que também serviu como um ponto de virada para os haitianos que expressaram seu repúdio contra os maus-tratos.

Embora o presidente Abinader tenha decidido abrir as fronteiras em 10 de outubro de 2023, os haitianos mantiveram as suas fronteiras fechadas em resposta(Coto; Sanon;2023) . Além disso, eles se recusaram a adquirir produtos que provenham do lado dominicano, o que gerou um impacto notável no comércio bilateral entre os dois países. Portanto, o fechamento das fronteiras por parte da República Dominicana teve início em 15 de setembro de 2023 e persistiu até 10 de outubro de 2023.

Durante esse período, os comerciantes nas zonas fronteiriças dominicanas ficaram profundamente frustrados com o presidente Abinader, já que sua decisão afetou significativamente seus negócios e a economia do país. A recusa dos haitianos em comprar produtos dominicanos também acentuou a tensão entre os dois grupos, tornando a situação ainda mais complexa e desafiadora.(Mathiasen; Hilaire, 2023)

Por fim, é crucial analisar as diversas ramificações resultantes da não assinatura do Pacto Mundial para a Migração no que diz respeito aos abusos sofridos pelos migrantes haitianos na República Dominicana e como isso afeta diretamente as condições de vida deles. A falta desse pacto resultou na ausência de novas e mais estritas regulamentações, o que por sua vez é a consequência da insuficiente proteção dos direitos dos migrantes, tornando-os extremamente vulneráveis a abusos e exploração, em contramão do *Objetivo 10* do Pacto Mundial para a Migração: *“Prevenir, combatir y erradicar la trata de personas en el contexto de la migración internacional”*.

A carência de uma estrutura legal sólida contribuiu para a perpetuação de condições de trabalho precárias e salários inadequados, contrariando o *Objetivo 6* do Pacto: *“Facilitar la contratación equitativa y ética y salvaguardar las condiciones que garantizan el trabajo decente”*. Além da impossibilidade de acessar serviços de saúde e educação por parte dos haitianos que buscam uma vida melhor na Repúbli-

ca Dominicana, incumprindo o *Objetivo 15* do Pacto: “*Proporcionar a los migrantes acceso a servicios básicos*”.

Além disso, a não assinatura no Pacto não motiva ao governo dominicano a gerar soluções para a problemática do processo de obtenção de documentação legal, conforme o *Objetivo 4* do Pacto: “*Velar por que todos los migrantes tengan pruebas de su identidad jurídica y documentación adecuada*”. Isso coloca muitos haitianos em risco de deportação e separação de suas famílias como demonstrado por Wooding (2013). Esse vácuo na proteção dos direitos dos migrantes haitianos tem gerado desafios significativos para uma população já marginalizada, agravando sua vulnerabilidade e tornando ainda mais difícil a busca por uma vida digna e sustentável no país vizinho

Por fim, podemos reafirmar que o anti-haitianismo na República Dominicana não é apenas uma ideologia, mas uma força que moldou a sociedade dominicana e influenciou a aceitação de políticas discriminatórias contra os haitianos. Essa complexa relação entre raça, poder e política internacional (Souza ,2021) demonstra a necessidade de abordar o problema do anti-haitianismo de maneira crítica e buscar soluções que promovam a igualdade e os direitos humanos de todos os migrantes, independentemente de sua origem é importante mencionar também como a não adesão da República dominicana e a ausência de uma política migração teve um impacto muito negativo na vida dos migrantes haitianos que vivem nesse país sem poder contar com seus direitos básicos que qualquer migrantes deve ter para viver bem com dignidade como migrantes(Wooding, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar, em primeiro lugar, que não existem muitas pesquisas sobre esse tema e suas implicações para o processo de integração da República Dominicana em um novo pacto de migração, o que também limita a busca por informações, dados e apoio bibliográfico adequado para uma pesquisa mais teoricamente densa. A produção teórica neste sentido é limitada. Apesar das limitações existentes, realizamos uma pesquisa direcionada e com um propósito claro: definir e determinar os conflitos migratórios históricos, sociais, econômicos e políticos no contexto estudado.

Historicamente, houve muitas diferenças entre a República Dominicana e o Haiti (Pons, 2013), que, de acordo com esta pesquisa, refletem aspectos que escapam ao controle das pessoas. Nascer em um país não deveria ser sinônimo de um futuro marcado por discriminação por xenofobia, etnia ou raça. Como afirmou Pons (2013): "A afirmação das diferenças raciais, religiosas, culturais e domésticas foi essencial para a edificação da nacionalidade dominicana, que tenderia a se afastar do Haiti. Assim, 'ser dominicano durante a guerra de independência não era somente não ser haitiano, mas também ser anti-haitiano'".

Existem aspectos econômicos, políticos e socioculturais que historicamente se destacaram como grandes divisões entre o Haiti e a República Dominicana, que teoricamente não foram expostos com tanta clareza. No entanto, na vida cotidiana e nas diferenças nos índices de desenvolvimento, essas divisões são evidentes. O Banco Mundial destacou que: *"Hoy día, la República Dominicana tiene un PIB per cápita cinco veces mayor que el de Haití. Haití ha sido detenido por una mayor inestabilidad política y macroeconómica, junto con una menor inversión en infraestructura y capital humano, y el deterioro del medio ambiente."*(Banco Mundial, 2012). As migrações ao longo da história mostraram que as pessoas deixam seus países em busca de melhores oportunidades e desenvolvimento, o que não é diferente nos países em questão. Diferentes organizações internacionais, como a Cruz Vermelha e a Meia-Lua Vermelha Internacional, apontaram, entre muitas razões, as seguintes como motivos para a migração:

Los motivos que impulsan a los haitianos a cruzar la frontera son diversos, pero se relacionan principalmente con la búsqueda de mejores oportunidades de trabajo y comercio, así como con la situación de inestabilidad política y violencia que vive Haití desde hace años.

La mayoría de los migrantes haitianos se insertan en sectores de baja calificación y precariedad laboral, como la agricultura, la construcción, el servicio doméstico y el comercio informal. Estas condiciones los hacen más vulnerables a la explotación, la discriminación y la exclusión social (IFRC GO, 9 de fev de 2023).

Os aspectos mencionados reforçam o entendimento dos processos migratórios, suas razões e efeitos, nos quais as pessoas pagam um alto preço em busca de melhores oportunidades. Além disso, essas condições reforçam a existência da haitianofobia como uma ideologia nacional, que esta pesquisa também esclarece em relação ao seu significado, como surge e suas diversas formas de manifestação.

Ademais, houve um período em que muitos historiadores argumentaram se era uma invasão ou unificação, o que causou tensões e deu início a uma ideologia anti-haitiana devido à falta de acordo da maioria dos habitantes do Haiti com o processo de unificação. Permanece uma ideia errônea sobre a invasão haitiana que alimentou discursos de ódio e desumanização, o que pode ser atribuído ao fortalecimento da haitianofobia. "Nestas duas décadas de embates, o Estado dominicano transforma a memória das invasões haitianas em propaganda de guerra" (Moya Pons, 2013).

Portanto, a formação da identidade dominicana foi construída à custa da marginalização da identidade haitiana, demonstrando claramente uma noção de superioridade, poder e discriminação. Além disso, isso influenciou o fato de a República Dominicana não assumir seu papel, responsabilidade e compromisso com o Pacto Mundial para a Migração, que estaria a políticas migratórias abrangentes (Wooding, 2013).

Durante esse processo histórico, um evento que solidificou ainda mais as noções de haitianofobia, além da restrição de entrada na República Dominicana, foi o "Massacre de Perejil". Esse evento se deu por razões puramente subjetivas e motivadas por xenofobia, racismo, discriminação e ódio. A sociedade e a cultura cresceram com essa base, o que resultou de decisões políticas tomadas com base em noções equivocadas.

O segundo capítulo também aborda violações significativas dos direitos humanos que ocorreram historicamente, incluindo maus-tratos, violência, discriminação, violações e tráfico de pessoas. Essas situações foram desenvolvidas, agravadas e ocultadas devido ao fato de aqueles que detêm o poder de comunicar e informar também fazerem parte dos discursos anti-haitianos, tratando as pessoas como

mercadorias. No entanto, o autor Silie (2005) afirmou: "Dado o contexto sociocultural dos imigrantes haitianos, é necessário promover uma campanha de conscientização entre a população dominicana sobre o respeito aos direitos humanos dos imigrantes e refugiados, a fim de limitar os efeitos dos preconceitos em relação aos imigrantes. Essa campanha deve visar a favorecer a condição humana dos imigrantes e também seria um fator importante para iniciar negociações com o Estado haitiano e as organizações internacionais às quais poderíamos recorrer para ajudar a regularizar a imigração no país" (Silie, 2005, p. 39).

Neste capítulo também concluí com a explicação dos métodos de repatriação que foram realizados, claramente direcionados para a exclusão de pessoas haitianas. Isso continua a reforçar a ideia de que o Estado mantém políticas migratórias anti-haitianas, o que, por sua vez, gera maior xenofobia, discriminação e a implementação de paradigmas desprovidos de abordagens abrangentes e racionais, alimentando exclusivamente a ideologia da haitianofobia (Vasconcelos, 2015). Conforme Gates (2014): "O desenvolvimento do anti-haitianismo na República Dominicana não apenas moldou as relações entre seus habitantes e o Haiti, mas também alterou e dominou sua própria identidade: 'a aversão aos haitianos se tornou, por assim dizer, parte da alma dominicana' (Gates, 2014).

A abordagem do anti haitianismo no terceiro capítulo analisa a diáspora haitiana na República Dominicana no período de 2010 a 2023, com foco no diagnóstico e nas condições do fluxo migratório haitiano. Como destacado por Bridget Wooding (2012), o terremoto de 2010 no Haiti desencadeou uma série de eventos que afetaram profundamente essa dinâmica migratória e as relações entre os dois países. Inicialmente, houve uma notável resposta humanitária, com a abertura de fronteiras e o estabelecimento de corredores humanitários, demonstrando cooperação entre as nações.

No entanto, como enfatizado por Wooding (2012), as tensões históricas entre a República Dominicana e o Haiti persistiram, incluindo o anti-haitianismo em certas regiões da República Dominicana. As mudanças nas políticas migratórias e nas condições de vida dos migrantes haitianos foram analisadas em detalhes. Houve uma melhoria temporária nas condições, incluindo programas de proteção de gênero e infância, mas a sustentabilidade dessas ações permaneceu incerta. Além disso, examinamos alguns eventos mais recentes, como a recusa da República Dominicana em assinar o Pacto Mundial para a Migração, a construção de um canal no rio

Massacre e o fechamento das fronteiras. Como observado no texto, esses acontecimentos tiveram um impacto significativo nas relações bilaterais e nas condições dos migrantes haitianos, resultando em tensões e hostilidades entre os dois países.

A não assinatura do Pacto Mundial para a Migração e a falta de regulamentações mais rígidas, como mencionado na pesquisa citada anteriormente, contribuíram para abusos e exploração dos migrantes haitianos na República Dominicana, tornando-os mais vulneráveis. A ausência de documentação legal adequada, acesso a serviços básicos e condições de trabalho dignas, como indicado no texto, agravou ainda mais a situação desses migrantes. Em resumo, como descrito por Wooding (2012), o capítulo analisou a complexa dinâmica da diáspora haitiana na República Dominicana, destacando os desafios e oportunidades que surgiram após o terremoto de 2010, bem como as mudanças nas políticas e nas relações bilaterais que afetaram a vida dos migrantes haitianos. É importante observar que uma das limitações da pesquisa foi a falta de dados atualizados sobre a quantidade de haitianos documentados na República Dominicana.

Por último, a minha consideração pessoal após realizar tantos estudos sobre esse tema, é que a história das relações entre a República Dominicana e o Haiti é marcada por complexas questões políticas, econômicas e culturais que moldaram as atitudes e políticas em relação à migração haitiana. Um dos principais pontos dessa pesquisa foi destacar a presença persistente da haitianofobia, uma ideologia que perpetua a discriminação e a exclusão social. Além disso, a análise dos eventos recentes, como a recusa da República Dominicana em assinar o Pacto Mundial para a Migração, ilustra as dificuldades enfrentadas pelos migrantes haitianos na busca por oportunidades e direitos básicos. A falta de documentação legal adequada e condições de trabalho dignas só aumenta a vulnerabilidade dessas comunidades. Em última análise, essa pesquisa destaca também a necessidade de uma mudança nas políticas migratórias e um maior esforço para promover a compreensão, cooperação e respeito pelos direitos humanos de todos os migrantes na região.

REFERENCIAS

ALEXANDRA GARCIA GRIGORIEFF, NUSKE; MÔNICA MEDEIROS KOTHER, MACEDO. Migración haitiana: el sujeto frente al (re)encuentro con el exceso. Scielo, [S. l.], v. 30, n. ed.180081, p. 1-11, 14 nov. 201.

ANTONIO SIERRA PORTO, Humberto. CASO PESSOAS DOMINICANAS E HAITIANAS EXPULSAS VS. REPÚBLICA DOMINICANA. CNJ, São José, Costa Rica, p. 1-177, 28.

ARIZA, Marina. Obreras, sirvientas y prostitutas. Globalización, familia y mercado de trabajo en República Dominicana”, Estudios Sociológicos. Estudios Sociológicos De El Colegio De México, MÉXICO, v. vol. 40, n. no.118, p. 123–149, 1 jan. 2004.

AUDEBERT, Cédric; Bertrand, Marine. La diaspora haïtienne. Territoires migratoires et réseaux transnationaux. Migrinter, Université de Poitiers, n. no.13, p. 1-5, 1 set. 2013.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2021). Migration and Development in Latin America and the Caribbean. <https://www.iadb.org/en/sector/migration-and-remittances/migration-and-development-latin-america-and-caribbean>

Bodvarsson, Ö., & Van Der Berg, H. (2009). The economics of immigration: Theory and policy. Springer Science & Business Media.

Chiarello, F. (2012). International Migration and Security: Opportunities and Challenges. Researchgate. https://www.researchgate.net/publication/281406123_International_Migration_and_Security_Opportunities_and_Challenges

COLIN, Armand. Dictionnaire des migrations internationales. Approche géohistorique. Scielo, Paris, p. 365-368, 1 dez. 2016.

CRISTOVAO DOMINGOS, Almeida; BEATRIZ MONTALVÃO, Brandão. Imigração, mídia e sociabilidade dos haitianos. Revista Observatório. Scielo, [S. l.], v. 1, n. no.3, 9 dez. 2015. Revista Observatório, p. 62-79.

COULANGE MÉRONÉ, Schwarz. Elementos sociohistóricos para entender la migración haitiana a República Dominicana. Scielo, Toluca, v. vol.24, n. no.97, p. 1-21, 21 maio de 2018.

CUEVAS, J. R. (2022). Chile y República Dominicana y el Pacto Mundial para una Migración Segura, Ordenada y Regular: Análisis de la toma de decisión de dos países con diferentes realidades de migración haitiana. Migraciones Internacionales, 11.

DARÍO ESPINAL, Flavio. Gobierno dominicano no firmará el Pacto Mundial para la Migración Segura. El día, [s. l.], 4 dez. 2018.

DOM: Population Movement - 2023-02 - Flujo Migratorio Haití - Republica Dominicana. **IFRC 2023**, [s. l.], 9 fev. 2023. Disponível em: <https://go.ifrc.org/emergencies/6483> Acesso em: 22 out 2023

DE MELO ROSA, Renata. Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre haitianos na República Dominicana. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana. Rev. Inter. Mob. Hum, Brasília*, n. no.34, p. 99-112., 29 mar. 2010.

DEBANDI, J., & SANDER, C. (2002). *International Migration Governance: An Emerging Global Agenda. The Geneva Papers on Risk and Insurance-Issues and Practice*, 27(1), 65-81.

DIEDERICH, Bernard; AL BURT. *Papa Doc et Les Tontons Macoutes*. Port-au-Prince, Haïti: Imprimerie Henri Deschamps, 1986

G1 (2018) A Bélgica tem manifestações contra a adesão ao Pacto Global de migração da ONU. Acesso em setembro de 2023, em Link.

GUY, Alexandre. El Tema migratorio entre la República Dominicana y Haïti. *Scielo*, [S. l.], v. vol.24, n. no.97, p. 1-21, 21 maio 2018.

HAÏTI se niega a reabrir un cruce fronterizo con República Dominicana. **AP news**, [s. l.], 12 out. 2023

HAÏTI y República Dominicana: más que la suma de las partes. **Banco mundial**, [s. l.], 11 jun. 2012. Disponível em <https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2012/06/11/haiti-and-the-dominican-republic-more-than-the-sum-of-its-parts#:~:text=Hoy%20d%C3%ADa%2C%20la%20Rep%C3%ABlica%20Dominicana,el%20deterioro%20del%20medio%20ambiente> Acesso em: 22 out 202

IACHR (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). (2019). *Haitianophobia: Sociocultural Factors*. <https://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/Haitianophobia-EN.pdf>

ICMPD (2021). *Relatório sobre migração e desenvolvimento em países de origem, trânsito e destino*.

ISIS, Duarte; JULIA, Hasbún. Mano de obra haitiana en la construcción: Características, valoraciones y prácticas en Duarte I. et al., *Movimientos desde y hacia República Dominicana*, Tomo I. Secretaría de Economía, Planificación y Desarrollo, Santo Domingo. Biblioteca enfoque social, República Dominicana, v. Tomo I, p. 43-105., 2 marzo. 2011.

IZCARA PALACIOS, Simón Pedro. Tráfico de migrantes y terrorismo. Un vínculo infundado. *Scielo*, [S. l.], v. vol.24, n. no.2, 24 fév. 2017. *Política y gobierno*, p. 1-37.

LA République dominicaine ferme sa frontière avec Haïti à cause d'un différend. Produção: FRANCE 24. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rwt7sNbaEBk>. Acesso em: 22 out. 2023.

MADEIRA DA SILVA, Camila Antunes *et al.* Xenofobia direcionada aos imigrantes haitianos na República Dominicana: motivações e implicações. *Anais do II Simposio Internacional Pensar e Repensar a America Latina*, Universidade de São Paulo, p. 1-14, 14 jul. 2004.

MARTINEZ PIZARRO, Jorge. Migración Internacional en América Latina y Caribe: Nuevas tendencias, nuevos enfoques. Naciones Unidas CEPAL, Santiago de Chile, p. 1-436, maio 2011.

Martínez, D. (2021). The dynamics of South-South migration in Latin America and the Caribbean. *Population, Space and Place*, 27(2), e2371.

Martinez, O. M. (2001). The World of Mexican Migrants: The Rock and the Hard Place. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 573(1), 35-47.

MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCCI, A., & PELLEGRINO, A. (2006). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford University Press.

MARIO CHIARELLO, Leonir. As interações entre Relações Internacionais e Migrações Internacionais e os desafios para a soberania do Estado no atual contexto globalizado. *Travessia-Revista do Migrante*, [S. l.], n. no.17, p1-14, jun. Dezembro. 2022.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). (2019). *World Migration Report 2020*. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf

OIM (Organização Internacional para as Migrações). (2015). *The Caribbean: Migration and Development*. <https://www.iom.int/sites/default/files/country/docs/IOM-Caribbean.pdf>

ONU. Naciones Unidas, Asamblea General. 18/07/2018. Conferencia Intergubernamental encargada de Aprobar el Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular: Proyecto de documento final de la Conferencia, Marrakech (Marruecos), n. A/CONF.231/3, p. 1-39, 30 jul. 2018.

ONU. Naciones Unidas, Asamblea General. 19/09/2016. Proyecto de resolución remitido a la reunión plenaria de alto nivel de la Asamblea General sobre la respuesta a los grandes desplazamientos de refugiados y migrantes en su septuagésimo período de sesiones: Declaración de Nueva York para los Refugiados y los Migrantes, Nueva York, n. A/71/L., p. 1-28, 13 set. 2016.

PONS, Frank Moya. Antihaitianismo de Estado. *Diario Libre*, Santo Domingo, 12 dez. 2009. Lecturas, historia y memoria. Disponível em: <http://www.diariolibre.com/noticias/2009/12/12/i227038_antihaitianismoestado.html>. Acesso em: 15 Out. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.p. 73-117.

RAMÍREZ GALLEGOS, Jacques. 3- De la era de la migración al siglo de la seguridad: el surgimiento de “políticas de control con rostro (in)humano. *SciELO*, [S. l.], p. 1-20, 22 nov. 2018.

REPÚBLICA Dominicana estende fechamento da fronteira com Haiti em disputa por canal. **Notícias Uol**, [s. l.], 9 out. 2023.

SILIÉ, R. La nueva inmigración haitiana. Santo Domingo, República Dominicana: Ediciones Flacso, 2002

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37

TURITS LEE, Richard. Un mundo destruido, una nación impuesta: La masacre haitiana de 1937 en la República Dominicana. *Hispanic American Historical Review*, República Dominicana, v. vol. 82, n. no.3, p. 589-635, 1 jan. 2015.

VASCONCELOS, Alex Donizete. Anti-haitianismo: uma tradição de identidade haitiana? *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 13, n. 2, p. 51-65, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5102/uri.v13i2.3587>>. Acesso em: 14 out. 2023.

VARELA, Amarela. No es una caravana de migrantes, sino un nuevo movimiento social que camina por una vida vivible. *Listin Diario*, Ciudad de México, p. 1-11, 4 nov. 2018.

WEINER, M. (2006). *Migrations in World History*. New York: Routledge.

WOODING, Bridget. El impacto del terremoto en Haití sobre la inmigración haitiana en República Dominicana. *América Latina Hoy*, [S. l.], p. 111–129, 1 out. 2023